

# Fusão dos partidos Podemos e PSC gera impacto na Bahia

RODRIGO DANIEL SILVA  
REPÓRTER

**O** Podemos e o PSC anunciaram, nesta semana, que farão uma fusão partidária. A sigla manterá o nome "Podemos" e adotará o número de urna do PSC: 20. A incorporação, que terá impacto na Bahia, vai ser formalizada em convenção marcada para o início de dezembro.

Com a junção, o Podemos e o PSC terão, em 2023, uma bancada de 18 deputados federais e 7 senadores. Será a oitava maior bancada da Câmara. Na Bahia, a nova sigla terá dois deputados. O PSC elegeu Laerte do Vando para a Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA), e o Podemos conquistou uma cadeira

na Câmara dos Deputados com Raimundo da Costa.

No estado, o partido será presidido pelo ex-deputado estadual Heber Santana. Na eleição deste ano, o PSC e o Podemos apoiaram o candidato ACM Neto (União) no primeiro turno na disputa ao governo estadual, mas o primeiro rompeu e aderiu à campanha de Jerônimo Rodrigues (PT) na segunda etapa do pleito. A **Tribuna**, Heber Santana disse que o "caminho natural" é a nova legenda apoiar o futuro governo petista. "É o caminho natural. Claro que tudo construído respeitando a formalização do processo e também ouvindo aos que fazem parte, deputados e etc...", disse ele.

Perguntado se tem dialogado com os deputados eleitorais, Heber Santana disse que sim. "Estamos conver-

sando. Sobre a questão partidária, sim. Sobre apoio ao PT, ainda não conversamos", declarou.

A fusão partidária ocorre após o PSC, nas eleições deste ano, não conseguir atingir a cláusula de barreira, regra que estipula a quantidade mínima de parlamentares e de votos em todo o país que um partido precisa obter para manter acesso a determinadas verbas e direitos. A união foi a forma, então, que os partidos encontraram de superar a cláusula de barreira. Hoje, há 32 partidos políticos registrados no TSE. Com a junção, haverá um a menos.

O Podemos também passará a ter 48 deputados estaduais, 198 prefeitos e 3.045 vereadores no país. Na eleição para presidente de 2018, os dois partidos compuseram uma chapa que ti-



**O PARTIDO** será presidido na Bahia pelo ex-deputado Heber Santana. Na eleição deste ano, o PSC e o Podemos apoiaram ACM Neto no primeiro turno

na o senador Alvaro Dias (Podemos) à frente e Paulo Rabello como candidato a vice.

Em nota conjunta divulgada, os partidos afirmaram que "o novo conjunto de forças nasce comprometido com o Estado Democrático de Direito, o fortalecimento do

pacto federativo, a harmonia entre os poderes, o desenvolvimento econômico voltado à inclusão social, com responsabilidade fiscal e respeito ao meio ambiente, e com todos os valores éticos e morais, enfim, que historicamente conformam o comportamento do povo brasileiro".

## CONFIGURAÇÃO

O Podemos também passará a ter 48 deputados estaduais, 198 prefeitos e 3.045 vereadores no país.

## SALVADOR

# Câmara aprova a Lei de Diretrizes Orçamentárias

EQUIPE DE  
POLÍTICA

Com voto favorável de todos os 41 vereadores presentes na sessão ordinária de ontem da Câmara Municipal de Salvador, foi aprovada no Plenário Cosme de Farias a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício do ano de 2023. A LDO estabelece quais serão as metas e prioridades da Prefeitura para o ano seguinte. E sinaliza os nortes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), tendo como base o estabelecido pelo Plano Plurianual (PPA).

Integrante da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, Daniel Alves

(PSDB) frisou que a LDO deixa claro quais são as intenções da Prefeitura no contexto do PPA e como serão realizados os investimentos. "Está transparente nessa LDO que a Prefeitura de Salvador é, dentre todas do Nordeste, a que mais investe no trabalho social", diz o parlamentar.

Já a vereadora Marta Rodrigues (PT), presidente da referida comissão, lamentou o fato de não constar nenhuma meta de investimento para alguns temas. Ela citou, por exemplo, a ausência de metas de investimento para a intolerância religiosa na LDO, assim como para resiliência, economia urbana, trabalho e renda.

Também foram aprova-

dos na sessão desta terça-feira 25 projetos de resolução, 230 projetos de indicações, 216 moções e 30 requerimentos. Essas proposições são de autoria dos vereadores.

Prêmio - A Câmara Municipal de Salvador, através do vereador Téo Senna (PSDB), realiza neste ano a 7ª edição do Prêmio Jânio Lopo de Jornalismo, nas categorias de rádio, internet, TV e jornal impresso. Para concorrer à premiação, os veículos de imprensa deverão enviar os nomes dos seus profissionais que fazem a cobertura da Casa Legislativa soteropolitana até a próxima segunda-feira (28), para o E-mail: [ascomteosenna@gmail.com](mailto:ascomteosenna@gmail.com). Após o envio dos nomes

dos jornalistas pelos veículos, será feita a votação entre os 43 vereadores. O resultado será divulgado até o dia 3 de dezembro e a premiação será realizada no dia 15 deste mês, em sessão solene presencial, no Plenário Cosme de Farias.

O jornalista Jânio Lopo trabalhou nos principais veículos impressos de Salvador e, dos 30 anos de carreira, 20 foram dedicados à área política. Em 2010, o vereador Téo Senna apresentou o Projeto de Resolução N° 14/2010, que instituiu o Prêmio na Câmara de Salvador.

A premiação anual destaca o trabalho dos profissionais que fazem a cobertura política da Casa Legislativa soteropolitana.



**COM** voto favorável de todos os 41 vereadores presentes na sessão ordinária da Câmara Municipal de Salvador, foi aprovada ontem a LDO 2023

# Prefeitos baianos celebram avanço da PEC da Redução da Alíquota

O presidente da CCJ, deputado Arthur Maia, explicou o processo da proposta

HENRIQUE BRINCO  
REPÓRTER

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou ontem a admissibilidade da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 14/2022, que reduz pela metade a alíquota patronal paga pelas prefeituras ao INSS. A medida foi comemorada após forte pressão dos prefeitos baianos, mobilizados pela União dos Municípios da Bahia (UPB), que compareceram à sessão em Brasília e avaliaram que a PEC é fundamental para a "sobrevivência dos municípios". Com a

constitucionalidade da proposta, será instalada agora uma comissão especial para analisar a matéria e enviar a proposta ao plenário.

O deputado Cacá Leão, autor da matéria, destacou que são mais de 3 mil municípios que têm seus regimes de previdência ligados ao INSS e estão endividados e impossibilitados de melhorar a vida da população na ponta. O parlamentar argumentou que não há perda de receita porque, segundo ele, "esse é um dinheiro que não existe porque os municípios já não pagam, é feito parcelamento em cima de parcelamento". Cacá Leão acrescentou que a PEC "não trata de farra fiscal por ter a

trava de reter a contribuição na fonte". Ele afirmou ainda que a proposta "vem para fazer justiça aos municípios", que terão a oportunidade de discutir a dificuldade que vivem hoje.

O presidente da CCJ, deputado baiano Arthur Maia, explicou o processo regimental da proposta e defendeu a aprovação da matéria, acolhendo o pedido da UPB de inverter a ordem de votação, colocando a PEC como o primeiro item da pauta da comissão. A costura foi fundamental para votar a medida. "O caminho foi aprovar o início de um debate. Na comissão especial teremos a oportunidade de ouvir especialistas, os deputados, prefeitos, o pró-

prio INSS e avançar na discussão da matéria para levá-la ao plenário".

Arthur Maia nomeou o deputado Rodrigo Castro (União Brasil) para relatoria da matéria, por conta da indisponibilidade da presença do então relator, Paulo Azi, que se encontra em missão internacional.

A matéria ainda superou o pedido de obstrução apresentado pela bancada do PT, que ao final liberou seus parlamentares para votação favorável, com o compromisso da comissão especial incluir na discussão a proposta já apresentada em projeto de lei complementar pelo senador Jaques Wagner, que propõe o "simples municipal".



**O DEPUTADO** Cacá Leão, autor da matéria, destacou que são mais de 3 mil municípios que têm seus regimes de previdência ligados ao INSS

# Deputados baianos eleitos pelo PL criticam TSE

HENRIQUE BRINCO  
REPÓRTER



**O DEPUTADO** federal Capitão Alden (PL), também eleito na Bahia, seguiu na mesma linha. "Não parar, não precipitar, não retroceder"

O PL decidiu ontem não contestar o resultado do primeiro turno. Se o fizesse, poderia afetar drasticamente a eleição dos aliados do bolsonarismo, que saíram vitoriosos nos estados. Com isso, o TSE decidiu anular a ação e multar a coligação de Bolsonaro. Na Bahia, o deputado federal e ex-ministro da Cidadania, João Roma (PL), conseguiu eleger a própria mulher, Roberta Roma (PL), para a Câmara Federal. Além dela, ele também conseguiu eleger Vitor Aze-

vedo (PL) para a Assembleia Legislativa da Bahia.

O parlamentar ainda não se pronunciou nas redes sociais sobre o caso e também não foi encontrado pela reportagem para comentar o assunto. No Twitter, ele apenas compartilhou uma nota do PL sobre o pedido.

"O presidente nacional do Partido Liberal, Valdemar Costa Neto, comunicou nesta terça-feira, 22, que o Partido entrou com uma representação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para anular votos de algumas urnas eletrônicas nas eleições do último dia 30 de outubro", diz a mensagem compartilhada

pelo deputado.

O PL elegeu a maior bancada na Câmara, com 99 deputados federais, e também 27 senadores. O deputado estadual eleito pela Bahia Leandro de Jesus (PL) declarou apoio ao presidente. "Pode apresentar os dados do primeiro turno! Fui eleito deputado estadual na Bahia neste pleito 2022, não tenho receio algum. O que é um mandato, de quem quer que seja, ante a importância da lisura do sistema eleitoral e o futuro da nossa nação?", escreveu.

O deputado federal eleito Capitão Alden (PL), também eleito na Bahia, seguiu

na mesma linha. "Não parar, não precipitar, não retroceder! A democracia e a lisura do pleito estão acima de quaisquer aspirações pessoais. Para o bem do país estou à disposição, se necessário for, me submeter a novas eleições, pois 'verás que um filho teu não foge a luta'. Parabenizo o PL pela postura em defender os nossos ideais. A batalha não é fácil, mas não podemos deixar de lutar!", emendou.

Depois de pedir ao TSE a invalidação dos votos do segundo turno computados em 60% das urnas eletrônicas, o PL disse que não iria aplicar o mesmo critério.